



Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado - DVA. **Mensagem da Administração:** Somos apaixonados pelo mundo e acreditamos que o turismo é muito mais do que simplesmente visitar lugares. É uma descoberta e é esse espírito de desbravamento que move o Grupo Iter. Somos uma holding genuinamente brasileira, fundada em 2022, com marcas consolidadas em nosso portfólio, como o Parque Bondinho Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, e o Parque do Caracol, em Canela/RS. Em cada uma de nossas marcas, buscamos oferecer experiências inesquecíveis. É assim que queremos transformar o turismo brasileiro. Para que isso aconteça, nós nos dedicamos a inovar, colaborar e lutar por uma operação cada vez mais eficiente. **Marcas do Grupo:** O Grupo é composto pelas seguintes marcas: - Parque Bondinho Pão de Açúcar: através de um dos mais icônicos sistemas teleféricos do mundo, transporta pessoas para um mundo de encantamento, lazer e entretenimento, gerando experiências sustentáveis inesquecíveis e, principalmente, felizes - Parque do Caracol: um presente da Serra Gaúcha, um local de turismo sustentável, com cachoeiras, trilhas e diversas atividades localizadas no município de Canela - RS - Parque Estadual do Tainhas: unidade de conservação situada no Sul do país, entre os municípios de Jaquirana, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, uma região de natureza rústica e intocada. - C2Rio: uma das maiores operadoras de turismo receptivo do Rio de Janeiro, com tours e experiências únicas em português, inglês e espanhol, para brasileiros e estrangeiros de todas as idades. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança estão presentes nas nossas ações. Refletindo esse compromisso, somos uma das empresas signatárias do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil. Investimos em projetos de reflorestamento e conservação das áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2024:** A Companhia apresentou em 2023 um lucro líquido de R\$ 93.575 mil, um aumento de 9% em comparação ao resultado de 2022. Esse aumento é devido principalmente ao incremento no número de visitantes no Parque Bondinho Pão de Açúcar. A Diretoria.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante/ Caixa e equivalentes de caixa	6	10.419	21.617	242.851	250.928
Aplicações financeiras	7	-	-	5.245	3.089
Contas a receber	8	-	-	22.626	20.185
Estoques	-	-	-	1.549	1.392
Despesas Antecipadas	9	607	374	1.896	1.635
Tributos a recuperar	10	1.659	1.653	5.761	5.680
Adiantamento a fornecedores	11	747	350	4.496	5.422
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	5.445	4.032
Partes Relacionadas - Ativo	13	35.913	-	-	-
Outros ativos circulantes	-	195	2.010	287	666
		49.540	26.004	290.156	293.029
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
IR/CSLL Diferidos - Ativo	12	-	-	21.934	1.826
Tributos a recuperar	10	871	999	5.031	4.085
Despesas Antecipadas	9	-	-	13.867	14.383
Partes Relacionadas - Ativo	13	225.262	7.905	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	1.799	1.413
Outros Ativos	-	1.825	-	1.861	-
Aplicações financeiras	7	268	266	2.568	4.246
Investimentos	4	190.110	269.150	-	-
Ativo de Direito de Uso	14	2.028	3.320	2.839	3.595
Imobilizado	16	12.063	8.478	135.433	123.947
Intangível	15	5.284	461	155.803	151.835
Comodato	-	-	-	-	36
		437.711	290.579	341.135	305.367
		487.251	316.582	631.292	598.396

Total do ativo

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fornecedores	17	1.654	1.023	9.745	7.108
Salários e férias a pagar	23	7.685	5.774	13.159	11.668
Tributos a recolher	18	1.398	2.434	4.349	6.869
Empréstimos e Financiamentos	19	2.397	1.495	24.241	9.312
Debêntures/Nota comercial	20	107	-	6.374	27.426
Passivo de arrendamento	14	1.119	1.289	1.639	1.608
Dividendos e participações	25	10.550	10.000	19.727	10.000
Receita Diferida	21	-	-	2.340	275
Partes Relacionadas - Passivo	-	5.428	-	-	-
Outros passivos circulantes	-	118	283	2.257	3.557
		30.456	22.298	83.831	77.823

Não Circulante

Tributos em discussão judicial	-	-	-	737	735
Passivo de arrendamento	14	1.111	2.409	1.446	2.409
Empréstimos e Financiamentos	19	3.934	5.760	56.770	29.319
Debêntures/Nota comercial	20	198.299	-	241.538	174.604
IR/CSLL Diferidos - Passivo	12	2.092	2.092	2.092	2.092
Provisão encargos acessórios	-	-	-	3.486	1.936
Provisão para perda de investimentos	4	2.673	-	-	-
Provisão para contingências	22	-	-	1.656	1.209
Dividendos e participações	25	-	-	18.355	10.550
Comodato - Passivo	-	-	-	36	36
		208.109	20.811	326.117	222.891
		238.563	43.109	409.947	300.714

Total do passivo

Patrimônio líquido

Capital social	24	137.206	137.206	137.206	137.206
Reserva de capital	-	60.595	68.148	60.595	68.148
Reserva legal	-	3.270	3.270	3.270	3.270
Reserva de Lucros	-	46.934	63.450	46.934	63.450
Reserva de contingência	-	983	983	983	983
Outros Resultados Abrangentes	-	(300)	-	(300)	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	416	-	416
		248.688	273.473	248.688	273.473
Participação dos não controladores	-	-	-	(27.343)	24.208
		248.688	273.474	221.345	297.682
		487.252	316.583	631.292	598.396

Total do passivo e do patrimônio líquido

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Custo dos serviços prestados	26	-	-	264.940	240.812
Lucro bruto	27	-	-	(57.752)	(51.025)
Despesas com vendas	29	(1.864)	(1.596)	(11.705)	(8.344)
Despesas gerais e administrativas	28	(24.658)	(27.188)	(101.462)	(88.365)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	1.550	4	1.420	4.426
Resultado de equivalência patrimonial	4	122.019	110.326	-	-
Lucro operacional		97.046	81.545	95.440	97.505
Receitas financeiras	-	10.641	6.034	28.586	27.871
Despesas financeiras	-	(8.221)	(1.164)	(50.760)	(42.135)
Resultado financeiro	30	2.420	4.870	(22.174)	(14.266)
Lucro antes dos impostos		99.467	86.415	73.266	83.241
Imposto de renda e contribuição social corrente	31	1.212	-	201	(1.387)
Imposto de renda e contribuição social diferido	31	-	-	20.108	4.350
Lucro líquido do exercício		100.679	86.416	93.575	86.204
Atribuível aos acionistas da Companhia	-	-	-	100.679	86.416
Participação dos não controladores	-	-	-	(7.104)	(212)
		100.679	86.416	93.575	86.204

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Outros resultados abrangentes	-	(300)	-	(300)	-
Resultado abrangente total		100.379	86.416	93.275	86.204

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional: A Iter Participações S.A. (doravante denominada "Iter" ou "Companhia"), sediada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 702, Bloco I Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil e constituída em 21 de setembro de 2021, é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresariais, como sócia, acionista ou quotista ou sob qualquer outra forma jurídica, podendo ainda representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A Iter é controladora da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar (CCAPA), que opera o Parque Bondinho Pão de Açúcar, e atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia através da subsidiária integral da CCAPA, Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A. ("PATUR"). Além disso, a Companhia também possui controle da Iter Parques Participações Ltda. e Iter Parques Caracol Ltda. ("Iter Parques Caracol"), que, por meio de sua subsidiária integral Novo Caracol e Tainhas S.A. ("NCT"), detém a concessão e operação dos Parques Estaduais do Caracol e do Tainhas, fortalecendo sua atuação no setor de turismo e conservação ambiental. Adicionalmente, a Companhia controla as operações das entidades: Iter Administradora Ltda. ("Iter Adm"), responsável por atividades administrativas e operacionais do Grupo. A Iter possui o controle de 100% da Iter Adm, C2Rio Viagens e Turismo Ltda. ("C2Rio"), uma das maiores operadoras receptoras de turismo no Rio de Janeiro, especializada em serviços turísticos personalizados e de alta qualidade. A Iter possui o controle de 70% da C2Rio, Destinow Viagens e Turismo S.A. ("Destinow"), agência de viagens online que opera com uma plataforma própria e tecnologia exclusiva para reservas de viagens e pacotes turísticos. A Iter possui o controle de 90% da Destinow. Essa estrutura diversificada permite à Iter e suas controladas ("Grupo") expandir sua atuação nos setores de turismo e tecnologia, maximizando sinergias operacionais e fortalecendo sua posição de mercado. A Iter é controlada pela G3LCHolding Ltda., conforme demonstrado na nota nº 24. NCT foi constituída em 11 de outubro de 2022, com o objetivo exclusivo de executar e explorar a concessão de uso das áreas, atrativos e instalações dos Parques Estaduais do Caracol, localizado em Canela - RS, e do Tainhas, no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme leilão promovido pelo Estado do Rio Grande do Sul em 11 de agosto de 2022. Em julho de 2024, a Companhia adquiriu 100% do controle da NCT, consolidando sua posição como operadora desses parques. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 07/03/2025. **1.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota nº 2. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Iter (controladora) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **1.3 Mudanças futuras nas políticas contábeis:** Alteração ao IAS 1/ CPC 26/ R1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva de contingências	Reserva de Lucros	Reserva de Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2022	47.843	68.148	5.309	983	25.327	(0)	147.610	74.533	222.143
Reserva Legal não constituída 2022	-	-	(2.039)	-	2.039	-	-	-	-
Dividendos distribuídos 2022	-	-	-	(26.950)	-	-	(26.950)	(22.566)	(49.515)
Dividendos antecipados 2023	-	-	-	-	(22.965)	-	(22.965)	(11.338)	(34.302)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	21.604	(21.604)	-	-	-	-
Aumento de Capital social	89.363	-	-	-	-	-	89.363	(16.209)	73.154
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	86.416	-	86.416	(212)	86.204
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(41.847)	-	(41.847)	-	-
Saldos em 31/12/2023	137.206	68.148	3.270	983	63.867	0	273.474	24.208	297.682
Dividendos distribuídos 2023	-	-	-	-	(63.867)	-	(63.867)	(32.748)	(96.615)
Incorporação de Empresa	-	(4.890)	-	-	-	-	(4.890)	-	(4.890)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	100.679	-	100.679	(7.104)	93.575
Outras Movimentações	-	(2.663)	-	-	2.663	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(300)	(300)	-	(300)
Reserva Legal não constituída	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	44.271	(56.408)	(12.137)	(11.699)	(68.107)
					(44.271)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	137.206	60.595	3.270	983	46.934	0	248.688	(27.343)	221.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	-	100.679	86.416	93.575	86.204
Ajustes por: Depreciação e amortização	-	2.725	1.196	14.839	13.955
Equivalência Patrimonial em Controladas (Ganhos)/perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	(122.019)	(110.326)	-	-
Arrendamentos	-	(300)	-	(1.713)	-
Juros arrendamentos	-	(1.670)	(981)	(1.212)	(1.893)
Amortização de custo de transação de debêntures	-	202	-	281	-
Ajuste marcação a mercado	-	-	-	-	1.302
Provisão de encargos acessórios	-	-	-	-	(275)
Imposto Diferido	-	-	-	-	874
Provisão para perda de investimentos	-	-	-	-	(20.108)
Provisão para contingências	-	-	-	-	(4.350)
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(658)
Variação cambial empréstimo	-	(97)	-	(1.932)	570
Juros sobre debêntures	-	5.961	-	11.783	33.023
Juros sobre empréstimos	-	686	194	5.981	5.649
Variações nos ativos e passivos		(18.018)	(23.501)	102.128	135.943



ITER Participações S.A.
CNPJ 43.697.470/0001-69

Transferências	-	-	-	24	-	-	-	(310)	-	(286)
Depreciações	(338)	(2.767)	(585)	(115)	(1.065)	(157)	(1.258)	(212)	-	(6.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385
Custo do imobilizado	6.073	53.734	10.568	1.263	9.481	12.957	57.907	6.844	5	61.385
Depreciação acumulada	(3.794)	(30.742)	(7.752)	(355)	(5.832)	(11.600)	(23.441)	(1.392)	-	(64.908)
Valor contábil	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385

16.1. Imobilizações em Andamento: As adições à conta de Imobilizações em Andamento no exercício de 2024 estão relacionadas às obras do projeto da tira e a projetos de melhorias na infraestrutura do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O andamento das obras de tais projetos está temporariamente suspenso em razão de decisão liminar proferida no âmbito de ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a CCAPA e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em tramitação perante a 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Sem prejuízo de tal suspensão, foram realizadas movimentações relacionadas à manutenção e preservação do investimento, assegurando que a estrutura permaneça em condições adequadas para a retomada das obras. Em 2024, a CCAPA ingressou com recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) visando à cassação da medida liminar antes referida. Embora tal recurso tenha sido julgado favoravelmente à CCAPA pelo TRF-2, o MPF interpôs recurso especial contra a decisão do TRF-2, ao qual foi concedido efeito suspensivo. Assim, os efeitos da decisão do TRF-2 que cassou a liminar ficaram suspensos até a apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) do recurso especial interposto pelo MPF, o que ainda não havia ocorrido até a emissão deste relatório. Em paralelo, na data de emissão deste relatório, a Companhia aguarda a conclusão das perícias técnicas determinadas pelo juízo competente no âmbito da ACP. A administração mantém a convicção de que o desfecho do processo será favorável, possibilitando a continuidade do projeto e garantindo a plena realização do valor investido. A Companhia permanece comprometida em assegurar o avanço dos projetos estratégicos e a adequação às exigências regulatórias, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional e a sustentabilidade de suas operações. **16.2 Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia realizou, com base em laudo produzido por empresa especializada, estudo de revisão da vida útil dos itens de seu ativo imobilizado, passando a considerar o resultado desta avaliação a partir de janeiro de 2020. A administração não identificou alterações na vida útil dos ativos registrados contabilmente. **16.3 Impairment:** Não houve indicativos de perda no valor recuperável nos itens do ativo imobilizado da empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

17 Fomecedores	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Fomecedores	1.654	1.023
	9.745	7.108
	1.654	1.023
	9.745	7.108

Referem-se as obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia.

18 Tributos a recolher	Controladora	Consolidado
	2024	2023
PIS s/ faturamento	18	3
ISS retido a recolher	3	2
ISS s/ faturamento	-	-
COFINS s/ faturamento	113	20
FGTS a recolher	176	225
INSS a recolher	558	505
CSRF- lei 10.833	34	45
SIMPLES NACIONAL a recolher	-	-
Imposto de renda retido - terceiros	12	16
Imposto de renda retido - empregados	466	387
INSS retido s/ serviços	13	19
Outros - (Contribuição Sindical, Inss s/ 13º e Fgts s/ 13º)	5	10
IRPJ/CSLL - Pessoa Jurídica	-	1.212
	1.398	2.434
	4.349	6.869

19 Empréstimos	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Circulante	2.397	1.495
Empréstimos Bancários	2.397	1.495
Instrumentos Financeiros	-	-
Derivativos	-	(5.445)
Não circulante	3.934	5.760
Empréstimos Bancários	3.934	5.760
Total dos empréstimos	6.331	7.255

i) ITER: A ITER possui empréstimo ativo com o Banco Itaú contratado em 2023, relativo à Resolução 4.131, no valor de R\$ 7.062 (equivalentes a EUR 1.350 mil), com vencimento em junho de 2028. Os empréstimos com o Banco Itaú Unibanco possuem NDFs (instrumentos derivativos) que visam a troca de taxas flutuantes em Euros. Estes NDFs foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os empréstimos e os derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em Reais. **ii) CCAPA:** A CCAPA possui quatro contratos de empréstimos relativos à Resolução 4.131 vigentes, três com o Itaú e um com o Banco BOCOM BSM S.A. com vencimentos em 2025 e 2028. Os empréstimos com o Banco Itaú Unibanco possuem NDFs (instrumentos derivativos) que visam a troca de taxas flutuantes em Euros. Estes NDFs foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os empréstimos e os derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em Reais. Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
REAIS	6.331	7.255
EUR/OS (Travados por NDFs por Resol. 4.131)	1.191	1.373
20 Debêntures/Nota comercial	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Circulante	107	6.374
Não Circulante	198.299	241.538
	198.406	247.912

(i) ITER: Em 07 de outubro de 2024, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 200 milhões, com esforço restrito de acordo com o ICVM 476/2009, coordenadas pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 7 anos, carência de 24 meses para amortização do principal e com custo de CDI + 2% a.a. **(ii) CCAPA:** Em 28 de junho de 2024, a CCAPA, contratou um empréstimo junto ao Banco do Brasil, estruturado na modalidade de Nota Comercial, conforme disposto no Art. 45 da Lei nº 14.195. A operação foi realizada no montante de R\$ 50 milhões, com vencimento em junho de 2029 e taxa de juros CDI + 1,90% ao ano.

21 Receita Diferida	Consolidado
	2024
Circulante	2.340
	275
	2.615

Nesse grupo são registrados os bilhetes vendidos e ainda não utilizados, além disso estão também os contratos de patrocinios, a receita é apropriada ao resultado em base linear pelo prazo de cada contrato. **22 Provisão para contingências e depósitos judiciais:** O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e através de experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas prováveis. Os valores apresentados a seguir estão líquidos dos depósitos judiciais correspondentes.

22.1 Provisão para contingências – prováveis	Consolidado
	2024
Trabalhistas	1.330
Tributárias	586
(-) Depósitos Judiciais	(260)
	1.656

22.2 Provisão para contingências – possíveis	Consolidado
	2024
Trabalhistas	4.052
Cíveis	50.620
	54.672

Estes valores não estão provisionados na contabilidade do Grupo em consonância com as normas contábeis vigentes. **22.3 Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pelo Grupo, conforme demonstração abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Depósitos judiciais	-	1.799
23 Salários e férias a pagar	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Salários a Pagar	1	7
Provisão Férias e 13º salário	2.549	1.920
Provisão PLR/PPR	3.330	2.414
Provisão Bônus	1.804	1.438
	7.684	5.779

24 Patrimônio Líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social e o quadro acionário da Companhia estavam representados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Em milhares de Reais		
Capital Social	137.206	137.206
Em quantidade ações		
Ações ordinárias	52.066.350	52.066.350
Total ações	52.066.350	52.066.350
Participação Acionária		
G3LC Holding LTDA	81,02%	
Acionistas Minoritários	18,98%	
Total Participação Acionária	100,00%	

(b) Reserva Legal: Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do lucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social e limitado a 30% das reservas de capital. **(c) Reserva de Contingência:** Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de absorver os impactos financeiros negativos decorrentes de processos judiciais em que a Companhia figure como ré. **(d) Dividendos:** Estatutariamente, a Companhia deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de juros sobre capital próprio. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Lucro do exercício/Reserva Legal (i)	93.575	93.575
Lucro Líquido ajustado	93.575	93.575
Dividendos distribuídos (ii)	-	(56.408)
(i) Conforme artigo 193 da Lei 6.404, a companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. (ii) A Companhia efetuou, no mês de setembro de 2024, antecipação de dividendos no montante de R\$ 56.408. Dessa forma, os dividendos mínimos obrigatórios já foram pagos ao longo de 2024. (e) Reserva de capital: No exercício de 2024, foi registrada uma variação no montante de R\$ 2.663, relacionada a ajustes contábeis da coligada C2Rio. Esses ajustes foram realizados para adequar os saldos patrimoniais impactando somente a reserva de capital, alinhando-se às melhores práticas contábeis e de transparência financeira. O montante de R\$ 4.890 refere-se à incorporação da empresa Destitech, essa operação reflete a consolidação estratégica das atividades da Destitech no Grupo, alinhando os efeitos de tecnologia com os objetivos de longo prazo da administração. (f) Outros resultados abrangentes: Trata-se de variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. (g) Reserva de retenção de lucros: Nessa reserva, são registrados os valores remanescentes dos lucros do exercício não destinados a outras reservas e que serão destinados em exercício futuros conforme decisão da administração.		

25 Dividendos e Participações	Controladora	Consolidado
	2024	2023
CCAPA (i)	10.550	20.550
NCT (ii)	-	27.532
Total	10.550	20.550
Circulante	10.550	10.000
Não circulante	-	10.550

(j) Em 26 de dezembro de 2023, A ITER adquiriu 25% do capital da controlada CCAPA, consolidando 100% do capital. O preço certo e ajustado da compra e venda das ações era de R\$40.550, restando na data desse relatório a segunda e última parcela no valor de R\$ 10.550, com vencimento em 19 de dezembro de 2025 e corrigido pela variação do IPCA. (ii) Em 19 de julho de 2024, a Iter Parques Caracol adquiriu a totalidade da participação acionária então detida pela outra acionista a NCT, contra o pagamento de quatro parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento, no valor de R\$ 18.400, efetuado em julho de 2024. Os valores remanescentes serão quitados nos exercícios de 2025, 2026 e 2027, distribuídos no passivo de curto prazo em 9.177 e no longo prazo 18.355. Os valores deverão ser corrigidos pela variação positiva de 100% do CDI desde a data de fechamento até a data efetiva do seu pagamento. A partir dessa data, 19 de julho de 2024, a Iter Parques Caracol Ltda. passa a ser a única acionista da NCT. **26 Receita operacional líquida: A reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquidas apresentadas nas demonstrações do resultado é a seguinte:**

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Receita Operacional Bruta	-	-
Receita com prestação de serviço Deduções	-	(277.999)
Imposto sobre Prestações de Serviços	-	-
Receita operacional líquida	-	(13.059)
	264.940	240.812

27 Custo dos serviços prestados	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Custos com pessoal	-	20.193
Custos de serviços prestados	-	21.051
Custos de depreciação e amortização	-	8.940
Custos gerais e administrativos	-	5.573
Custos com impostos e taxas	-	1.923
	-	57.752

28 Despesas gerais e administrativas	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Despesas com pessoal	15.255	18.971
Despesas com Perdas de Clientes	6.204	5.458
Despesas de depreciação e amortização	1.665	1.196
Outras despesas gerais e administrativas	1.109	1.431
Despesas com impostos, multas e taxas	425	132
	24.658	27.188

29 Despesas com vendas	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Despesas com propaganda e marketing	31	8
Outras despesas com vendas	1.833	-
	1.864	8

30 Receitas e despesas financeiras	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Juros Recebidos	7.292	956
Variação cambial	57	-
Descontos recebidos	1	-
Receita com Proteção Financeira	-	-
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.291	5.078
	10.641	6.034

Despesas Financeiras	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Pts sobre receita financeira	(69)	(40)
Cofins sobre receita financeira	(426)	(244)
Tarifa bancárias	(187)	(79)
Juros fornecedores (a)	(519)	(16)
Juros sobre pagamento de impostos	(14)	(0)
Juros sobre debêntures	(5.961)	(33.662)
Juros sobre Arrendamento	(322)	(471)
Juros sobre empréstimos	(686)	(277)
Juros s/ mútuo	-	(724)
Custo de transação sobre debêntures	(63)	(6.775)
Despesa variação cambial	26	(37)
Despesa c/Aplicação Financeira	-	(36)
Despesa com Proteção Financeira	-	-
IRRF sobre empréstimos	-	(166)
Descontos concedidos	-	(507)
	(8.221)	(1.164)
	2.421	4.870

Resultado Financeiro
(a) Do valor de 519,480 é referente ao juros s/ Pagamento de participação da CCAPA. **31 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social**

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	99.436	86.416
Despesas antes do IRPJ e CSLL	99.436	86.416
Despesas não dedutíveis	2.292	9.760
Exclusões à base de cálculo	(8)	(2.083)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(122.019)	(110.326)
Lucro Tributável	(20.299)	(23.910)
IRPJ - Corrente	(1.212)	-
CSLL - Corrente	-	(286)
Impostos Diferidos	-	20.108
Total dos impostos sobre o lucro	(1.212)	(20.309)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	1,22%	0,00%

32 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 188 milhões de limite máximo de garantia para danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para a apólice de responsabilidade civil, os valores são de R\$ 50 milhões, enquanto a cobertura de seguro D&O (responsabilidade civil de administradores e diretores) possui limite máximo de garantia de R\$ 40 milhões. Para a apólice de cobertura de riscos ambientais o limite máximo de garantia é de R\$ 30 milhões agregado. Para a apólice de riscos operacionais o limite máximo de garantia é de R\$ 5 milhões. Com exceção da apólice de Responsabilidade Civil, as demais apólices contratadas incluem as controladas NCT, C2RIO, CCAPA e a sua controlada PATUR com cosseguradas. **33 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **33.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades na qual a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição De controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forme evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(c) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **33.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas), líquidas". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **33.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **33.4 Ativos financeiros: 33.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos

em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo não possuía nenhum ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado. **33.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **33.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados



ITER Participações S.A.
CNPJ 43.697.470/0001-69

bêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **33.13 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **33.14 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **33.15 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **33.16 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita serviços prestados:** A receita da Companhia é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas demonstrações financeiras ora apresentadas. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte

da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **33.17 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **34. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de <i>leaseback</i>	01/01/2024
Alterações ao CPC 03/ CPC 40/ IAS 7/ IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS i/ CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. Estabelece critérios para a contabilização e conversão de transações em moeda estrangeira, determinando como avaliar diferenças cambiais e como apresentar demonstrações financeiras consolidadas quando há operações em moedas diferentes.	01/01/2027
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros. Inclui também regras para provisão por perda esperada e requisitos de <i>hedge accounting</i> .	01/01/2027
IFRS 7 - Divulgações sobre Instrumentos Financeiros	Exige a divulgação de informações sobre a relevância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira da Entidade, além de informações qualitativas e quantitativas sobre riscos associados.	01/01/2027

Atualmente, a administração está conduzindo uma análise detalhada dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas, incluindo a IFRS 18. Diferentemente de outras normas, a IFRS 18 traz mudanças significativas na apresentação das demonstrações financeiras, com impactos relevantes para todas as empresas, no entanto sem alterações do resultado da Companhia. Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a administração não espera que os impactos da adoção das demais normas e interpretações novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, sejam relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Diretor Vice Presidente de Operações: Sérgio Luiz Gonçalves Andreoli; Diretor Vice Presidente de Finanças: André Francesco Antonio Pastura; Contadora: Marina Pereira Rodrigues da Silva - CRC/RJ-124584/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Aos Administradores e Acionistas Iter Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Iter Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA)** são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:**

consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, dentro de sua perspectiva razoável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrivemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 7 de março de 2025. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC:ZSP000160/F-5; Cáren Henriete Macoñin - Contadora CRC:1PR038429/O-3 T° SC

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita (Notas 26 e 33.16) A principal fonte de receita da Companhia e suas controladas advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Companhia e das suas controladas para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos da Companhia e suas controladas. Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao longo do exercício, respectivas emissões de notas fiscais e liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2024 e início de 2025 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia utilizada e as divulgações feitas são consistentes com os dados e informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos. Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, (i) o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Companhia para monitoramento do cálculo e da utilização do imposto diferido, verificação de base de cálculo das diferenças tributárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, e (ii) o entendimento e a avaliação de razoabilidade das premissas para determinação do valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está suportado por projeções de resultado, e (iii) a avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Nosso procedimento de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.
Tributo diferido - IRPJ e CSLL (Notas 12 e 33.14) Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Novo Caracol e Tainhas S.A. possui ativo fiscal diferido no montante de R\$ 20.924 mil decorrente de prejuízo fiscal. O ativo fiscal diferido foi mensurado considerando as projeções financeiras de lucro tributável confrontando-as com as escriturações correspondentes (i) O entendimento e a avaliação de razoabilidade das premissas para determinação do valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está suportado por projeções de resultado, e (ii) a avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Nosso procedimento de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.	

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e